doloroso, se não mortal), outros são alvo de políticas de extermínio, e por não terem corpos alvos (brancos) tornam-se alvos (negros) das mais diversas violências omissivas ou comissivas.

Ao assimilarmos masculinidade com força, virilidade, guerra, nos esquecemos que essa invenção do Homem enquanto ser genérico, com um pênis e uma aptidão natural para o churrasco, bravura e assédio é uma construção histórica e cultural do ocidente branco. Outras experiências de masculinidade (Ogum dança sincopadamente nos ensinando sobre disciplina, trabalho e, ao mesmo tempo, nos advertindo sobre os excessos da rigidez do aço) existiram e existem, e reduzir saúde do homem à manutenção de um corpo biológico é esquecer que tanto o hiperencarceramento da juventude negra quanto a precarização (agora ainda mais galopante) das condições de vida dessa população são, também, se não muito mais, adoecedoras.

Uma política que abra caminhos para o viver é diferente de resumir a demanda ao sobreviver. E parece que nem isso tem sido levado em conta quando falamos sobre um novembro azul. Talvez porque ainda se entenda azul como "cor de menino", e não se perceba que os meninos da cor preta são muito cedo colocados na ponta cruel da lança de políticas públicas genocidárias. Estar vivo também é saúde do homem.

Em tempo, sabe-se que Ogum torna-se Orixá após um grande arrependimento: o esquecimento de uma regra que havia colocado a seu povo e que o fez punir a todos com a morte sem razão lhe trouxe uma dor que só seria resolvida virando-se do avesso, enfiando sua espada na terra e se tornando um protetor. Se Jorge mata o dragão, Ogum é aquele cuja vitória está em saber chorar e mudar. Talvez por isso, no fogo do atual momento, se possa pensar na forja de instrumentos além da espada. Orixá de trabalho desalienado, que faz a enxada e o rastelo, a foice e o martelo, Ogum, com seu saiote azul-nem-de-homem-nem-de-mulher, nos convida a retrabalhar as ideias enferrujadas da bionecropolítica colonial na forja de nossos corações, e fazer da guerra coisa de um mito quase esquecido.

A cara do CAPS

Por *Altieres Edemar Frei* (CRP-08/20211)

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) trazem consigo uma questão muito delicada na Luta Antimanicomial que aqui, por falta de termo melhor, chamo de *paradigma arquitetônico*. De certa forma nomes melhores não nos faltam: territorialização, ambiência, acessibilidade, urbanismo... Mas não é só isso. Há algo além da mera soma das partes em um todo quando se trata de saúde mental.

Todo hospício, por sua lógica higienista, traz em seus rebocos fragmentos tanto da *Nau dos Loucos* como dos *Navios Negreiros* e outras *Jangadas de Pedra* do tipo. Buscavam, em nome do "tratamento", colocar o indesejável lá onde a vista não alcança. Afastamento e isolamento. Não é exagero afirmar que o leprosário, o hospital psiquiátrico ou a comunidade terapêutica trazem esses outros fantasmas projetados e pigmentados em seus muros vastos.

Mas, ao propor a lógica territorial de atenção psicossocial, o primeiro CAPS implantado exatamente no coração financeiro da capital do capital no Brasil trouxe um subtexto. Algo como "toma que é o filho é teu" ou "a César o que é de César". Prefiro assim: ao seio do capital retorno aquilo que melhor o capital produz – loucura, exclusão, usos abusivos.

O tal CAPS primogênito, na Rua Itapeva em São Paulo, instalado em um antigo casarão de barões do café, bem atrás da Avenida Paulista e do MASP, traz um *paradigma arquitetônico* com ecos de luta que não é mero acaso. Inverteu a lógica de cidades radiais, inverteu os vetores de gentrificação e suas periferias para contar, com uma outra história da loucura, uma outra história da cidade.

Ou seja, se a cidade é o lugar da reabilitação psicossocial, a clínica do território não se circunscreve às pessoas atendidas no CAPS: é, por extensão, uma clínica da cidade. Por isso, uma das partes mais interessantes da Cartografia da RAPS foi observar a cara dos CAPS do Paraná. Foram mais de trinta: vi e vivi muita diversidade, mas também vi e vivi muita uniformidade. →

E isso me fez pensar no tal *paradigma arquitetônico* e suas lutas: se o personagem Zé do Caixão de José Mojica Marins dizia algo como "conheça uma cidade a partir de seu cemitério", vale, por analogia: "conheça uma cidade a partir de seu CAPS".

Veja o caso do banheiro e suas patentes. Como viria a aprender, uma coisa é projetar um banheiro para meia dúzia de pessoas em uma casa. Outra é para tamanho fluxo. Quando um município simplesmente instala o CAPS em uma casa alugada qualquer, a tendência é dar aquilo: entope, daí.

Durante a Cartografia da RAPS, visitei muitos banheiros de CAPS. Lembro em especial de Guaratuba: "ah, o senhor pode usar esse aqui". Me senti uma visita importante, fui apresentado ao banheiro da sala da coordenação – aquele CAPS estava instalado em uma casa de veraneio alugada e aquela era "a suíte" da casa. Um belo e amplo banheiro, por sinal. Enquanto estava ali, pensava que deve ser normal ver esse tipo de coisa em um CAPS. Seriam os banheiros a cara do CAPS?

Ou seriam suas placas e fachadas? Vi salas e quartos com plaquinhas das mais burocráticas às mais minuciosas dando nome às portas, querendo assim nomear territórios, como se fossem nomes de doenças ou códigos da CID 10 perseguindo corpos: sala disso, consultório daquilo, armário x-F.60, estante y-F.19, cozinha de funcionários.

Em Umuarama lia ecos de uma certa arquitetura *art-déco* na casa grande ornada com aquelas letras grandes tipo fachada de padaria ou supermercado: "CAPS II". Já em Pontal do Paraná, nem placa havia: apenas a inscrição "Centro de Atenção Psicossocial" feita à mão por um usuário que, quase por caridade, deu letras à parede virgem com caligrafia trêmula, tinta, escada e pincéis possíveis em um gesto que seria um tratado *naif* e apropriação estética *do it yourself* da fachada, não fosse a insígnia de inauguração de fachada.

Seria então uma "casa-de-família" a cara do CAPS? Era tanto CAPS em formato de casa que visitava que me sentia membro daquelas religiões que batem de porta em porta. Em Paranavaí era uma casa velha com boa sombra. Em Mamborê era uma casa novinha sem sombra, de parede fina e reboco novo, em um bairro onde tudo parecia ter começado fazia pouco tempo – o paradigma dos territórios "plantados" escancara a lógica dos condomínios. Casas e mais casas: tacos soltos, escadas e corredores sem acessibilidade, garagens adaptadas, lareiras desativas e algumas com a horta em fundo de quintal: a mais bonita que vi estava em Palmeira.

Seria uma sobreloja a cara do CAPS? Em Pato Branco-daí visitei um CAPS emendado em um boteco! O CAPS ficava em uma sobreloja, ocupando uma parte de um prédio comercial. Em cima, salas estreitas, aparência de clínica de convênio. Embaixo, ao lado do acesso principal, uma lanchonete escura com coxinhas e cartazes com garrafas de conhaque.

Seria um pedaço de hospital, necrotério ou seminário a cara do CAPS? Vi CAPS instalado onde antes era maternidade, como em Guarapuava; CAPS onde antes tinha sido hospital ou ambulatório de saúde como em Foz do Iguaçu; CAPS onde antes tinha sido posto de saúde como em Paranaguá. Em Cascavel havia um CAPS instalado onde antes era Seminário de Padres. Também vi alguns beirando os trilhos como em Andirá e Cambé. O prédio do atual CAPS de União da Vitória tinha sido usado antes para delegacia, e antes ainda para um necrotério – estávamos ao lado do Cemitério Municipal. Começaríamos quase juntos nessa, Mojica!

Em Maringá, três serviços emendados davam uma ideia de condomínio da saúde mental. Uma reedição arquitetônica deste paradigma de lojas comerciais: CAPS i do lado do CAPS Ad, do lado do CAPS II, tal qual a loja de roupa emendada na farmácia emendada no restaurante nos blocos comerciais de bairro. Aquele conglomerado denso parecia minar a potência do projeto arquitetônico original. Não chegava a ser como os fundos de hospital que o CAPS do consórcio em Francisco Beltrão ocupava, mas soava como.

Mas, em que pese a ode à diversidade arquitetônica e a constatação do quão delicada é a questão de propriedade e direito à cidade em projetos coloniais, pode-se afirmar que sim, o CAPS tenha uma cara e um projeto a ser defendido – algo que vi materializado no CAPS Prudentópolis.

Não era uma casa qualquer, não era fóssil de hospital, nem loja comercial. Era um CAPS construído para ser um CAPS, com projeto arquitetônico próprio. Simples assim. Não era pequeno, mas não era mansão, nem casarão. Nada de suítes. Nada de escadas. Banheiros com encanamento calibrado, descarga honesta, área planejada para convivência e encontros fortuitos no jardim de inverno. Salas multiuso para oficinas com pias grandes. Sem plaquinhas na porta, mas com intervenções pontuais das oficinas. Armários sob medida para prontuários e papeladas que, assim, nem precisavam usar banheiros ou banheiras.

O CAPS Prudentópolis representa o *paradigma arquitetônico* refinado pelas normativas no tempo em que tínhamos Conferências Democráticas de Saúde Mental, construído com dotação orçamentária e projeto específico. Apesar de relativamente novo e *clean*, o CAPS Prudentópolis tem cada uma de suas paredes revestidas, pigmentadas e impregnadas com histórias da Luta Antimanicomial.

Essa conversa de ter uma lojinha vendendo conhaque logo ali, ou de um banheiro de cano estreito aqui, por mais belo que seja seu jardim ou suas fachadas, conta uma outra história: denota o esculacho, atraso ou assepsia com que o projeto da Reforma Psiquiatra sem Luta Antimanicomial foi e é executado em muitas partes do Estado. Mais do que atribuir *um lugar* de atenção psicossocial no território, atribui-se *qualquer lugar* para atenção psicossocial. Visto assim, o tal *paradigma arquitetônico* ou "a cara do CAPS" até parece ser só um detalhe. ■

Para saber mais

Saiba mais em Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Projetos de Construção, Reforma e Ampliação de CAPS e UA como lugares de atenção psicossocial no território - Ministério da Saúde, 2013.